

O retorno do imperialismo nu e cru: o sequestro de Maduro e a Doutrina Donroe



Por **PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS***

O avanço de uma estratégia transacional e coercitiva dos Estados Unidos sobre a América Latina marca o fim da retórica liberal e coloca em xeque a soberania nacional frente à disputa por recursos estratégicos

1. A crônica de um ataque anunciado

A intervenção militar dos Estados Unidos contra a Venezuela, culminando no sequestro de Nicolás Maduro em 3 de janeiro de 2026, vem sendo preparada há muito tempo. Em artigo publicado na Carta Capital em fevereiro de 2019, intitulado [“Donald Trump, o fim do globalismo e a crise na Venezuela”](#), argumentei que o então presidente revelava com franqueza inédita os verdadeiros objetivos do imperialismo estadunidense: não a defesa da democracia ou dos direitos humanos, nem o respeito (seletivo) de tratados internacionais pautados na ideologia liberal, mas o controle sobre recursos com valor estratégico e econômico. Já naquele momento, Trump criticava abertamente seus antecessores por não terem “tomado o petróleo” da Venezuela ou do Iraque, ou as terras raras do Afeganistão, explicitando uma lógica predatória que o discurso liberal tradicionalmente dissimulava.

Em janeiro de 2013, Trump twittou “ainda não posso acreditar que saímos do Iraque sem o petróleo”. Em debate com Hillary Clinton em setembro de 2016, propôs voltar ao século XIX: “o costume era que ao vencedor pertenciam os espólios. Agora não há mais vencedor... [Mas eu sempre disse: tome o petróleo](#)”.

Já presidente, Trump insistiu duas vezes com o presidente [iraquiano para ceder mais petróleo como reparação pelos custos da guerra](#). O ex-Conselheiro de Segurança Nacional H.R. McMaster o teria repreendido na segunda vez: “é ruim para a reputação americana, vai assustar os aliados... e nos faz parecer como criminosos e ladrões”. Em janeiro de 2019, o vice-presidente Mike Pence afirmou Trump “não é um fã” de intervenções externas, [exceto “neste hemisfério” \(o chamado “quintal”\)](#).

Era um presságio da Doutrina Donroe. Também em janeiro de 2019, [o então Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton](#), afirmou que “estamos em conversação com as grandes companhias (petrolíferas) americanas... a Venezuela é um dos três países que eu chamei de Troika da Tirania (além de Nicarágua e Cuba). Faria uma grande diferença para os Estados Unidos economicamente se pudéssemos fazer as corporações de petróleo americanas realmente produzirem e investirem nas capacitações petrolíferas da Venezuela”.

Em abril de 2025, na reunião [“IV Dilemmas of Humanity: Perspectives for Social Transformation”](#), organizada pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, pelo Movimento Sem Terra e pela Assembleia Internacional dos Povos em São Paulo, defendi que Trump escolheria a Venezuela como seu primeiro alvo militar no chamado Hemisfério Ocidental, no que seria a primeira intervenção militar direta na América do Sul na história. A argumentação era simples: ataques ao Canadá ou à Groenlândia seriam incomparavelmente mais arriscados e diplomaticamente indefensáveis; a Venezuela, por outro lado, oferecia justificativas palatáveis à base política do movimento MAGA (as supostas ameaças da imigração e do

narcotráfico venezuelano) enquanto oferecia vastas reservas de petróleo e minerais críticos para a disputa tecnológica com a China.

A [National Security Strategy \(NSS\)](#), Estratégia de Segurança Nacional, publicada pela administração Trump em 04 de dezembro 2025 formalizou esta estratégia hemisférica, centrada em “fortalecer cadeias de suprimento críticas... reduzir dependências e aumentar a resiliência econômica americana... enquanto dificulta que competidores não-hemisféricos aumentem sua influência na região”. Este documento consagra o que analistas têm chamado de “Trump Corollary” à Doutrina Monroe ou, mais sarcasticamente, “Donroe Doctrine”: uma versão explicitamente transacional e coercitiva do pan-americanismo que subordina toda a América Latina aos imperativos de segurança e acumulação de capital dos Estados Unidos.

Indo às vias de fato, a intervenção militar na Venezuela não representa uma defesa da democracia ou uma intervenção humanitária: é oficialmente o fim do “globalismo” que atava o poder militar dos EUA à ideologia liberal de soberania nacional da carta da ONU, como alertei ser o objetivo de Trump já em 2019. É [o fim do século americano imaginado para o mundo por Woodrow Wilson](#) durante a Primeira Guerra Mundial e [ensaio por Franklin Delano Roosevelt na Segunda Guerra](#). Representa a securitização de recursos estratégicos no contexto da rivalidade sino-americana e, eventualmente, da tentativa de reestruturar cadeias produtivas globais segundo linhas geopolíticas. Trata-se de um precedente perigoso que coloca em risco a soberania em toda a região, começando com a nova “Troika”, os novos dominós a serem derrubados pelo império estadunidense: Cuba, Nicaragua e Colômbia.

2. A lógica geoeconômica da escolha venezuelana

A Venezuela foi escolhida como primeiro alvo militar não por acaso, mas por oferecer a convergência ideal entre oportunidade geoeconômica e viabilidade política. O país [detém as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo](#) e vastos depósitos de minerais críticos essenciais às tecnologias de energia limpa e defesa. Trump declarou repetidamente a importância desses recursos, inclusive na entrevista em que afirmou que, depois do sequestro de Maduro, “governaria a Venezuela”.

Esta franqueza quanto aos objetivos materiais do imperialismo conecta-se diretamente à estratégia mais ampla de *friendshoring* ou *nearshoring* articulada na Estratégia de Segurança Nacional de 2025. O documento não se limita a propor diversificação em relação às cadeias produtivas chinesas; pelo menos retoricamente, almeja a reestruturação sistemática de redes de valor global segundo critérios geopolíticos. Assim, o objetivo dual em relação à América Latina é explícito: primeiro, garantir controle estadunidense sobre recursos minerais críticos (lítio, cobre, terras raras) e infraestrutura estratégica (portos, redes de telecomunicações, sistemas energéticos); segundo, integrar economias latino-americanas em cadeias manufatureiras completamente insuladas da participação ou influência chinesa.

A oferta feita por María Corina Machado em entrevista a Donald Trump Jr. ilustra perfeitamente a questão mineral: em troca do apoio à mudança de regime que colocaria seu grupo no poder, [ela ofereceu conceder US\\$ 1,7 trilhão em ativos venezuelanos a corporações estadunidenses](#). O arranjo proposto não difere substantivamente das concessões petrolíferas que caracterizaram o imperialismo clássico no final do século XIX e início do século XX e que nos levariam a duas Guerras Mundiais.

Na questão das cadeias de suprimento, vai-se além das preocupações tradicionais com extração de recursos para abarcar a reorganização de sistemas produtivos regionais. Nos ramos intensivos em trabalho, energia e insumos baratos em que a reindustrialização por *onshoring* nos Estados Unidos não for viável, Washington propõe promover elos manufatureiros latino-americanos em cadeias estrategicamente sensíveis – semicondutores, baterias, produtos farmacêuticos, materiais avançados – mas estritamente dentro de estruturas de governança que excluam investimento, tecnologia ou acesso a mercados chineses. Trata-se de uma tentativa de compartimentalização geopolítica de redes produtivas, criando cadeias de suprimento paralelas organizadas por lealdade estratégica. Só assim se pode entender [a decisão do governo mexicano](#) de implementar em 01 de janeiro de 2026 tarifas importações de diversos produtos originários da China, do Brasil e de outros

países que não possuem acordo comercial com o país.

A dimensão simbólica da escolha por um ataque à Venezuela também merece atenção. A narrativa MAGA requer inimigos que ameacem o “modo de vida tradicional americano”. A Venezuela pode preencher este papel: pode ser apresentada simultaneamente como fonte de imigração indesejada e de narcotráfico, duas obsessões centrais da base trumpista. Diferentemente do Canadá ou da Groenlândia, cuja invasão seria difícil de justificar domesticamente e provocaria crise na aliança ocidental, um ataque à Venezuela mobiliza preconceitos arraigados e oferece bodes expiatórios convenientes para problemas internos dos Estados Unidos.

3. Desmontando as justificativas oficiais

As três narrativas mobilizadas para legitimar a intervenção militar – defesa da democracia, combate ao narcotráfico e intervenção humanitária – desmoronam sob escrutínio mínimo, revelando-se como pretextos para uma operação motivada por interesses de domínio econômico sustentado pelo poder político e militar, e buscando reforçá-los a médio prazo.

O argumento democrático é particularmente insustentável vindo de Trump. Sem precisar lembrar de 06 de janeiro de 2021, o próprio Trump ridicularizou publicamente, em múltiplas ocasiões, o uso da “defesa da democracia” como justificativa para intervenções imperiais, denunciando-o como hipocrisia liberal. Em dezembro de 2015, [Trump defendeu Wladimir Putin](#) afirmando “que nosso país também faz muita matança... Há muita estupidez no mundo agora, muita matança, muita estupidez”. Em fevereiro de 2017, já presidente, Trump reagiu à crítica de Bill O'Reilly de que “ele (Putin) é um assassino”, afirmando que “há muitos assassinos. Você pensa que nosso país é tão inocente assim?” Seu histórico confirma o cinismo da retórica democrática: Trump mantém alianças estreitas com ditaduras amigas, das monarquias absolutistas do Golfo Pérsico à Arábia Saudita, passando pelo apoio entusiástico ao golpismo de Jair Bolsonaro e caterva no Brasil. O problema nunca é a ausência de democracia, mas a falta de alinhamento com Washington.

O argumento antidrogas revela-se igualmente fraudulento. Poucos dias antes da invasão da Venezuela, [Trump concedeu perdão presidencial a Juan Orlando Hernández](#), ex-presidente de Honduras formalmente julgado e condenado nos Estados Unidos por conspiração para tráfico de drogas em escala industrial. [O narcotráfico serve como narrativa conveniente](#) quando é necessário demonizar adversários; torna-se irrelevante quando o réu é aliado estratégico. A seletividade não poderia ser mais transparente.

A justificativa humanitária é talvez a mais obscena das três. Uma administração que [oferece apoio militar, diplomático e político incondicional ao genocídio israelense em Gaza](#) – onde mais de 60.000 civis palestinos, incluindo [mais de 18 mil crianças](#), foram mortos em poucos meses – não possui qualquer credibilidade moral para invocar preocupação humanitária. Ademais, as próprias ações militares dos Estados Unidos contra a Venezuela – bombardeios que atingiram infraestrutura civil, bloqueio naval que impediu importação de alimentos e medicamentos por muitos anos – agravaram dramaticamente o sofrimento da população venezuelana que supostamente pretendiam aliviar.

4. A operação militar e suas repercussões regionais

A sequência de eventos que levou ao sequestro de Maduro seguiu um roteiro previsível de escalada coercitiva. Após meses de intensificação de sanções unilaterais e ameaças cada vez mais explícitas, a administração Trump ordenou bloqueio naval. Ele não sabe, mas foram o bloqueio naval e a intervenção militar de Grã-Bretanha, Alemanha e Itália à Venezuela em 1902 que levou ao corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, como procurei mostrar em longo artigo acadêmico que analisa [o imperialismo dos EUA sobre a América Latina entre 1898 e 1933](#). Como Trump, Theodore Roosevelt arrogou aos EUA o direito exclusivo de tutelar o Hemisfério Ocidental, anunciando publicamente a intenção de expulsar outros impérios militares e financeiros da América Central e do Caribe. Trump imitou o padrão de intervenção militar da chamada Diplomacia do Dólar do início do século XX também ao coordenar suas forças especiais e da CIA com setores da oposição interna e militares desertores, culminando no sequestro ilegal do presidente venezuelano em 3 de janeiro de 2026.

a terra é redonda

As declarações subsequentes de Trump foram sinceras: os Estados Unidos iriam “administrar o país” e usar receitas petrolíferas para “pagar a operação militar e reconstruir a Venezuela como deveria ser”. Não há dúvidas quanto aos objetivos: controle direto sobre recursos estratégicos e reorganização do Estado venezuelano segundo interesses imperiais.

As repercussões regionais desta ação são profundas e perigosas. Cuba, Nicarágua e Colômbia são os alvos mais prováveis em seguida. Trump já os ameaçou, e o precedente venezuelano demonstra que tais ameaças não constituem mera retórica. O regime comunista cubano, isolado após décadas de bloqueio e recentemente enfraquecido por crises energéticas severas, pode estar com os dias contados. E Gustavo Petro pode pagar por falar verdades em Nova Iorque e por representar peça importante [no domínio das esquerdas latino-americanas que Trump quer demolir](#).

México, Brasil e até potências ocidentais como Dinamarca (por conta da Groenlândia) e Canadá encontram-se em alerta mediato. As ameaças de Trump contra a Groenlândia não podem mais ser descartadas como provocações vazias.

É claro, a América Latina não responde uniformemente à coerção imperial. A Argentina de Javier Milei oferece contraexemplo instrutivo: o alinhamento ideológico e estratégico total com Washington foi recompensado com [pacote de resgate de US\\$ 40 bilhões](#). Este padrão de recompensas e punições diferenciadas confirma a natureza explicitamente transacional da nova estratégia hemisférica: países que aceitam subordinação recebem apoio financeiro; aqueles que resistem enfrentam coerção crescente.

Contudo, a resistência equatoriana a bases militares estrangeiras, [confirmada em referendo popular em novembro de 2025](#), demonstra que a imposição da vontade de Washington enfrenta obstáculos mesmo em países relativamente pequenos. A invasão da Venezuela, contudo, eleva dramaticamente os custos potenciais da resistência, estabelecendo que os Estados Unidos estão dispostos a empregar força militar direta quando consideram seus interesses suficientemente ameaçados.

5. Brasil, China e os limites do unilateralismo coercitivo

A estratégia trumpista de subordinação hemisférica através de chantagem tarifária e ameaça militar enfrenta, no entanto, limites estruturais significativos. O caso brasileiro ilustra estas contradições de forma particularmente nítida.

Europa, Japão e Coreia do Sul cederam rapidamente às demandas comerciais de Trump devido à dependência militar em relação aos Estados Unidos, ou seja, foram forçados a [“pagar tributo para manter o império americano”](#). Já o Brasil manteve resistência relativamente bem-sucedida. Esta resiliência deriva de vantagens estruturais específicas: a China consolidou-se como principal parceiro comercial brasileiro há mais de uma década, absorvendo parcela crescente das exportações de commodities; por causa disso, o Brasil acumulou reservas internacionais substanciais que proporcionam margem de manobra em crises cambiais; a diplomacia brasileira cultivou relacionamentos alternativos através dos BRICS e outras plataformas multilaterais do Sul Global.

A campanha de Lula pela desdolarização, intensificada após sua visita à China em abril de 2023, representa desafio direto ao instrumento fundamental de poder estadunidense: [o controle sobre o sistema monetário internacional](#). Propostas para liquidação bilateral em moedas nacionais, discussões sobre moeda comum dos BRICS, e diversificação de reservas internacionais retiram negócios de Nova Iorque e corroem gradualmente a capacidade de Washington de empregar sanções financeiras como arma geopolítica.

Esta autonomia relativa do Brasil provoca irritação evidente em Washington. Assessores de Trump revelaram publicamente que [os Estados Unidos estão “muito preocupados” com os BRICS e a desdolarização, identificando o Brasil como problema particular](#). A tentativa de forçar o Brasil ao alinhamento através de tarifas punitivas, contudo, enfrentou o problema de que o mercado estadunidense, embora importante, não é mais indispensável para a economia brasileira como fora em décadas anteriores. O acesso a Wall Street ainda é indispensável, mas bloquear o acesso brasileiro como forma de pressão aceleraria o que Trump quer evitar: empurraria o Brasil para fora do mundo do dólar e em direção aos BRICS.

Os limites mais fundamentais da “Donroe Doctrine”, porém, transcendem qualquer país específico. Ocupações militares prolongadas são proibitivamente custosas, como demonstraram Iraque e Afeganistão. Pesquisas de opinião nos Estados Unidos indicavam que [55% da população se opunha à invasão da Venezuela](#), sugerindo que aventuras militares adicionais enfrentarão resistência doméstica crescente, especialmente se produzirem baixas norte-americanas significativas ou custos fiscais elevados.

Mais importante, os Estados Unidos são incapazes de apresentar propostas de desenvolvimento que rivalizem com as chinesas. Enquanto a estratégia de Washington se baseia em condicionar acesso ao mercado consumidor à submissão política e em brandir sanções como ferramenta punitiva, Pequim disponibiliza obras de infraestrutura concreta, crédito paciente de longo prazo, compartilhamento de tecnologias e mercados em expansão, tudo isso sem exigências políticas onerosas. Esta assimetria nas ofertas de desenvolvimento cria vantagem estrutural chinesa que tarifas punitivas e ameaças militares não conseguem neutralizar completamente.

O risco de *blowback* geopolítico também não deve ser subestimado. Cada ação coercitiva dos Estados Unidos fortalece a narrativa chinesa de que Washington representa ameaça à soberania do Sul Global, impulsionando países a buscar proteção através de alinhamento mais estreito com Beijing. A invasão da Venezuela fornece evidência dramática para este argumento, potencialmente acelerando a formação de blocos e de alianças com a China que a estratégia de Trump ostensivamente pretende prevenir.

6. Os dados estão lançados: o precedente perigoso e a necessidade de resistência coletiva

A intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela e a captura de Nicolás Maduro constituem violação flagrante do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. Independentemente de qualquer avaliação que se faça do governo venezuelano, o princípio da não-intervenção militar unilateral representa conquista civilizatória fundamental preparada pelo menos desde 1648 (Vestfália) que não pode ser descartada sem consequências catastróficas para a ordem internacional.

O precedente estabelecido é seríssimo. Se os Estados Unidos podem invadir país soberano, depor seu governo e assumir controle direto sobre seus recursos naturais com base em justificativas tão transparentemente fraudulentas, nenhum país está seguro se não tiver forças armadas dissuasórias ou alianças militares fortes. A normalização de intervenções militares unilaterais destrói qualquer pretensão de sistema internacional baseado em regras. O imperador fica nu. Por isso, talvez a escalada militar revele mais fraqueza que força. Um hegemom confiante em sua primazia econômica, tecnológica e cultural não precisa recorrer a invasões militares para assegurar acesso a recursos ou mercados. A disposição dos Estados Unidos de empregar força direta reflete a erosão de formas mais sutis de dominação.

O sequestro de Maduro enfraquece, mas não elimina o domínio do chavismo na Venezuela. Tampouco resolve as contradições estruturais do declínio hegemônico dos Estados Unidos. Os EUA não conseguem oferecer modelo de desenvolvimento atrativo que compita efetivamente com a alternativa chinesa; não possuem capacidade fiscal para financiar Marshall Plan hemisférico; não podem reverter décadas de desindustrialização doméstica através de tarifas punitivas a aliados. A imposição de controle militar direto sobre a Venezuela, se for possível, pode garantir acesso ao petróleo venezuelano, mas não restaura a centralidade dos Estados Unidos nas cadeias produtivas globais.

Alternativas à subordinação existem, mas exigem coordenação política e coragem estratégica por parte dos governos do Sul Global. O fortalecimento de plataformas regionais como CELAC, UNASUL e BRICS oferece espaços institucionais para resistência coletiva. Aprofundamento da integração econômica Sul-Sul reduz vulnerabilidade à coerção econômica estadunidense. Diversificação de reservas internacionais e desenvolvimento de sistemas de pagamento alternativos minam o poder das sanções financeiras.

A lição fundamental da invasão da Venezuela é que soberania isolada é vulnerável; apenas coordenação coletiva pode contrabalançar o poder imperial. O desafio para governos progressistas na América Latina e no Sul Global é transformar

indignação retórica em cooperação efetiva. O precedente foi estabelecido. O que está em jogo é decisivamente histórico: os novos lances determinarão se o século XXI será marcado pelo ressurgimento do imperialismo militar predatório ou pela consolidação de ordem internacional genuinamente multipolar.

***Pedro Paulo Zahluth Bastos** é professor titular Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de *A era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade* (Editora da Unicamp). [<https://amzn.to/3RxhzIe>]

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI ➡ **CONTRIBUA**